



EDITORIAL

De certa maneira, as greves policiais, a crise mundial das bolsas de valores e o "pacote econômico" natalino acabaram cancelando temporariamente a "CPI dos Precatórios" da agenda da mídia neste fim de ano. Entretanto, não é por isso que a questão da corrupção perdeu seu *appeal* junto à opinião pública (inclusive, provavelmente, com a "corrida" eleitoral de 98 a referida CPI recuperará seu fôlego). Muito pelo contrário, na medida em que os escândalos são mais freqüentes (ou pelo menos mais visíveis) e a corrupção parece não se desenraizar da percepção que o público tem do governo e das políticas públicas no Brasil, vem se configurando um horizonte cada vez mais sombrio.

As polêmicas suscitadas também pelo recente relatório "quase-secreto" do embaixador norte-americano sobre o caráter endêmico da corrupção no Brasil é bem representativa dos paradoxos e das armadilhas de um debate que contém muitas ambiguidades e, sobretudo, um tom de hipocrisia. Apontar a corrupção como endêmica no país, não só foi uma indelicadeza que se transformou em um incidente diplomático (apesar de não parecer ser algo contestável em vista dos últimos acontecimentos), como também o fato dos EUA se atribuir a qualidade de juiz *super partes* trouxe grande indignação e constrangimento.

Aprofundando o debate sobre a corrupção - para além da sua espetacularização na mídia - poderíamos nos perguntar: o que implica este fenômeno, no Brasil e no mundo, tanto no plano da estrutura quanto da conjuntura das sociedades modernas e contemporâneas? Que questões ele suscita?

Os ensaios apresentados no núcleo temático deste número duplo (nº 2 e 3) da **Lugar Comum** tentam produzir uma abordagem que analise o fenômeno da corrupção a partir de uma perspectiva que evite as recorrentes simplificações moralistas. A análise cuidadosa do fenômeno permite, ao mesmo tempo, repensar alguns preconceitos e redimensionar o papel da corrupção. Geralmente, os preconceitos produzidos na dinâmica da produção cultural das áreas centrais e abundantemente reproduzidos nas localidades periféricas, terminam por reforçar no imaginário coletivo a associação sistemática entre corrupção e níveis de desenvolvimento. Ou seja, a corrupção estaria relacionada aos arcaísmos culturais e econômicos. Associado a este tipo de argumentação vemos emergir freqüentemente um discurso economicista que aponta a corrupção como um "desvio" que ameaça o perfeito funcionamento da economia de mercado. Neste sentido, o artigo de René Schérer desmascara o economicismo triunfante, a hipócrita distinção entre virtude e vício na sociedade - seja ela chamada de capitalista, burguesa ou mesmo civilização, pois ela pressupõe uma correspondência entre enriquecimento e aumento do bem-estar social. O autor sugere que, de ignóbil, a corrupção poderia se constituir em uma forma de reequilíbrio social, isto é, o vício poderia se constituir em virtude.

O artigo de Carlo Vercellone elabora uma crítica original das diferentes correntes da

teoria da economia política, juntando a crítica da corrupção à crítica da economia política, uma vez que, em vez de explicar o complexo (e falho) funcionamento de uma economia de mercado, apontaria este tipo de economia como o que haveria de “melhor” para uma sociedade dessacralizada. Assim, para o dogmatismo da laica economia política, existe apenas o “bom” capitalismo. As atividades ilícitas e os constrangimentos da legislação social e fiscal são tratados pela teorias econômicas como patologias criminosas que podem conduzir o indivíduo a ultrapassar certas fronteiras que poderiam levá-lo a atingir as dimensões tribais da desigualdade, da violência e do crime. Tomando o modelo mafioso como contraponto - uma espécie de “alternativa” ao modelo hegemônico a partir do qual se poderia repensar/questionar as bases do “contrato social”-, o autor atesta que ele é apreendido da mesma forma que a teoria neoclássica dominante trata a crise econômica, isto é, como consequência de um choque exógeno que alteraria as leis universais do funcionamento normal de uma economia capitalista moderna de mercado.

No seu ensaio, Renato Lessa comenta as dificuldades em se lidar com a imprecisão conceitual do fenômeno da corrupção, as implicações que isso traz sobre os modos ordinários de enfrentá-lo. Segundo ele, os mundos parlamentar e eleitoral, em todas as democracias, estão marcados por certas trocas que são percebidas pelos analistas e cidadãos com alto grau de desconfiança e cinismo. Apesar de reconhecer que no Brasil vem prevalecendo o paradigma do fundamentalismo ético - que pode conduzir à fadiga ética e ao cinismo -, ele sugere que, em função da ubiquidade do fenômeno e suas múltiplas formas, deve-se varrer de nossos horizontes a obsessão por um paradigma único e abrangente do tratamento do tema.

Assim, o panorama que este núcleo temático pretende traçar é aquele da discussão de uma possível alternativa ética que supere o moralismo das queixas inconseqüentes contra a corrupção, qualificada como um “desvio” da economia de mercado ou como um dos desdobramentos da perversidade da classe política. Em outras palavras, talvez mais que sugerir ou não uma alternativa ética, a questão fundamental ao se defrontar com o tema seja enfatizar o verdadeiro conflito que o debate sobre a corrupção oculta mais do que explicita: o conflito que opõe a fortuna (restrita ao espaço privado, condicionada pelo passado, acaso, privilégios e pelo dinheiro) à virtude (aberta no espaço público, fator fundamental para a construção do “futuro” e de um “novo mundo”).

Rio de Janeiro, Dezembro de 1997

OS EDITORES

Carlos Alberto Messeder Pereira

Elizabeth Rondelli

Giuseppe Cocco

Karl Erik Schøllhammer

Micael Herschmann